

Sobre a nova Edição da obra de Marx e Engels: só a filologia salva?

Maurício Vieira Martins*

“[...]desde sempre Marx planejava conduzir a sua crítica das ‘categorias econômicas’burguesas totalmente dentro do método da filosofia alemã.” (Hubmann, 2012, p.36)

“[...] foi justamente o caráter filológico que salvou da mudança histórica o empreendimento da *MEGA*, antes político. [...], era preciso ainda garantir uma validade consequente para o primado da filologia. A tarefa de despolitização da edição era algo novo, especialmente nos comentários.” (idem, p.43)

Os dois trechos em epígrafe foram escritos pelo professor Gerald Hubmann, que ocupa o cargo de alta responsabilidade de Diretor Executivo da *Marx-Engels Gesamtausgabe* (mais conhecido como *MEGA2*), a edição ainda em curso da obra completa de Marx e Engels. Nosso presente comentário —certamente reconhecendo a imensa seriedade do empreendimento— visa discutir estas e outras afirmações de Gerald Hubmann que nos parecem problemáticas. Porém, *desde o início um esclarecimento se faz necessário: não se trata, obviamente, de questionar aqui os critérios editoriais mais gerais adotados pela MEGA2*¹. Como tantos outros leitores já se pronunciaram, tais critérios são extremamente consistentes. Trata-se, isso sim, de surpreender, na pena do Diretor Executivo do Projeto, certos enunciados que flagrantemente extrapolam os parâmetros que o próprio Hubmann e sua equipe advogam.

Mas antes de avançarmos em nosso comentário, vale preliminarmente destacar, para aqueles que eventualmente não estejam informados sobre o assunto, que a retomada da publicação das obras completas de Marx e Engels é certamente motivo de satisfação para todos aqueles que se interessam pelo pensamento marxiano e engelsiano. Alguns especialistas já notaram que a muito tumultuada história desta publicação se confunde com os próprios percalços do

* Doutor em Filosofia, Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFE. Contato: mauriciovieira9@gmail.com.

¹ Uma síntese de tais critérios, bem como uma contextualização mais geral da *MEGA2*, pode ser encontrada em: <http://www.bbaw.de/bbaw/Forschung/Forschungsprojekte/mega/en/Startseite>

projeto socialista, desde sua formulação no século XIX até os dias de hoje. Para sintetizar uma longuíssima história, diremos apenas que a edição hoje em andamento envolve grupos de trabalho na Alemanha, Rússia, Holanda, Itália, Dinamarca e Japão; seu término está previsto para 2025, compreendendo a publicação de 114 volumes. Até o presente momento, 2013, cerca de 59 volumes já foram publicados, seguindo rigorosos critérios editoriais.

O Conselho Editorial do projeto está a cargo de pesquisadores de renome internacional, que mergulharam em profundidade na obra de Marx e Engels, descobriram manuscritos até agora inéditos, bem como inúmeras imprecisões—várias delas graves— nas edições anteriores. No Brasil, recentemente a revista *Crítica Marxista* teve a lúcida iniciativa de traduzir para o português um artigo de síntese do próprio Gerald Hubmann, o mencionado Diretor Executivo da MEGA2. Neste texto, intitulado *Da política à filologia: a Marx-Engels Gesamtausgabe*, o professor Hubmann apresenta em termos resumidos a história da MEGA e, mais do que isso, profere também afirmações que envolvem, a nosso ver, uma peculiar interpretação de aspectos da própria obra; *apenas tal interpretação será objeto do presente artigo*.

Definido este nosso escopo, bem restrito, registremos que Hubmann de início argumenta persuasivamente sobre os excessos do que ele nomeia como uma politização excessiva presente nas edições anteriores da obra, levadas a cabo ao longo do século 20 sob a influência dos Partidos Comunistas da URSS e da Alemanha Oriental². Ocorrendo em níveis distintos, tal politização pode ser aferida, por exemplo, no esforço então predominante em apresentar ao leitor *O capital* como uma obra acabada, que forneceria as chaves não só para uma completa decifração da lógica capitalista, como também o roteiro de uma ação política bem definida. Em contrapartida, Hubmann nos mostra que o estado de fragmentação dos volumes 2 e 3 da obra magna de Marx é bem maior do que se supunha, abrindo espaço para interpretações bastante heterogêneas. Considerações análogas podem ser feitas sobre o texto *A ideologia alemã*, também ele objeto de um ordenamento arbitrário em várias edições anteriores. Além disso, Hubmann oferece exemplos consistentes e bem fundamentados de censuras realizadas a certas passagens de Marx e Engels (por exemplo, quando da análise de características da Rússia do século XIX).

Porém, à medida que o professor prossegue em sua argumentação, algumas questões mais controvertidas vão se tornando evidentes. De fato, chama a atenção no referido artigo aquilo que já havia aparecido nas entrevistas que ele vem concedendo à imprensa de alguns anos para cá: sua perspectiva de traba-

² Dentro deste panorama, Hubmann ressalva com justeza a integridade do trabalho realizado por David Riazanov (que, como se sabe, veio a cair em desgraça no período stalinista e foi executado em 1938 na então URSS).

lho é fortemente construída sobre a oposição excludente entre uma abordagem filológica e uma outra, que ele nomeia como política. Apenas a primeira abordagem seria capaz de superar todos os equívocos anteriores e alcançar a almejada “*neutralidade estrita* quanto à visão de mundo implícita nos comentários” (Hubmann, 2012, p. 42, grifos nossos). Mas será que esta invocação a uma suposta neutralidade é de fato possível? Examinemos alguns exemplos.

O primeiro deles diz respeito a um singular entendimento sobre a relação de Marx com o idealismo alemão. Já numa entrevista concedida ao jornalista italiano Andrea Tarquini, referindo-se ao estado fragmentado do texto *A ideologia alemã*, Hubmann declarou que “a teoria segundo a qual a existência material determina a consciência, base do materialismo histórico, era uma ideia em que Marx não acreditava”³. Afirmção fortíssima, ainda mais quando se leva em conta que a referida teoria não é encontrada apenas em *A ideologia alemã* (sem dúvida um texto fragmentário), mas em textos revisados e publicados em vida pelo próprio Marx, como o Prefácio à *Para a Crítica da Economia Política*, de 1859. Mas como se tratava, na ocasião, de uma entrevista concedida por Hubmann à imprensa —onde está presente inclusive um elogio a Helmut Kohl, ex-chanceler alemão⁴— sempre se poderia supor que houve alguma imprecisão na transcrição do jornalista das declarações do professor.

Se neste caso cabe o benefício da dúvida, já no artigo que a *Crítica Marxista* oportunamente publicou, encontramos taxativas afirmações que reiteram os pronunciamentos anteriores de Hubmann. Tudo se passa como se ao lado do pesquisador meticuloso, que exemplarmente se debruça sobre a vasta obra de Marx e Engels, existisse também um seu sócia —o próprio Hubmann—, que pode ser surpreendido fazendo afirmações que manifestamente contradizem a cautela que ele próprio advoga no trato com a obra dos dois autores.

Se não, vejamos: ao discorrer sobre os fundamentos filosóficos de *O capital*, ele afirma que “Conforme a autocompreensão de Marx, portanto, o seu projeto econômico constitui um sistema de conceitos na tradição da filosofia e da ciência alemãs” (2012, p.36, nota 11). Quando nos perguntamos sobre como precisar de modo mais nítido a relação entre Marx e tal sistema de conceitos, somos informados que “desde sempre Marx planeja conduzir a sua crítica das ‘categorias econômicas’ burguesas *totalmente* dentro do método da filosofia alemã” (Idem, *ibidem*, grifo nosso). *Mas ora, os trechos da correspondência de Marx citados por Hubmann simplesmente não autorizam uma conclusão tão forte*. Neles, Marx de

³ Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/505607-marx-2020>

⁴ “se trabalhamos livremente e com rigor científico no *Mega*, também devemos isso a Helmut Kohl, certamente insuspeito de simpatias marxistas. O chanceler da reunificação, que amava história, decidiu que, talvez ocultamente, a pesquisa sobre essas toneladas de manuscritos que a RDA havia trancado no porão deveria ser retomada na Alemanha unificada” (Idem).

fato faz uma referência elogiosa à ciência e à filosofia alemãs⁵, mas bastaria levar a pesquisa textual mais adiante para verificar que, *se existe o elogio, existe igualmente uma crítica severa aos antecessores, expressamente formulada em outros textos marxianos.*

Destarte, quando se inscreve o pensamento de Marx em solução de inteira continuidade com o pensamento alemão que o precedeu, desconsideram-se as explícitas e recorrentes críticas que o próprio Marx fez a ele. Críticas inequivocamente desenvolvidas em textos como a *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, ou ainda no *Posfácio* da segunda edição alemã de *O capital*, onde Marx, sem dúvida reconhecendo a grandeza do filósofo de Jena, afirma com todas as letras suas divergências frente ao idealismo. Em síntese: *por que colocar um sinal de igual entre o pensamento marxiano e a ciência e a filosofia alemã precedentes se em inúmeras ocasiões Marx exteriorizou fortes divergências face a elas?*

Para que não se diga que este é um episódio isolado no artigo em foco, esclareça-se que nele encontraremos também uma equiparação de Marx não apenas ao idealismo alemão, mas também aos iluministas do século XVIII: “Marx aparece cada vez mais como um dos últimos eruditos de saber enciclopedista – assim firmando-se na tradição do Iluminismo europeu, mas também na do Idealismo Alemão” (p. 46). Nesta via de abordagem, *os estudos de Marx passam a ser vistos como um prosseguimento em linha reta do projeto enciclopedista do século XVIII.* Hubmann entende que o conhecido interesse marxiano por variadas áreas do conhecimento, algumas certamente distantes de seu investimento teórico em economia política (como a química e a geologia), comprovariam sua inserção na tradição do Iluminismo. Mas ora, uma equiparação como esta desconsidera precisamente o que é fundamental: a vigência de dois momentos históricos bastante diferenciados, que geraram obras também diferenciadas. Contudo, é graças a tal abstração que Marx é posto em solução de continuidade com os filósofos do século das Luzes: um D’Alembert do século XIX? De resto, cabe também o registro evidente para qualquer conhecedor do projeto iluminista: tampouco ele era desinteressado, ou movido apenas pela paixão de um acúmulo cada vez maior de saber; havia obviamente referências políticas e históricas muito fortes em Diderot e D’Alembert, desconsideradas por Hubmann em sua formulação.

Prosseguindo em sua recusa ao que ele nomeia como uma politização excessiva do pensamento de Marx, Hubmann afirma que, através da perspectiva filológica adotada pela nova edição *MEGA2*, é preciso recusar a imagem de “Marx primordialmente como autor social-revolucionário dedicado à Economia Polí-

⁵ Para o leitor não familiarizado com o debate, cabe esclarecer que, diferentemente do que ocorre hoje, pensadores alemães proeminentes do século XIX *não* separavam a atividade científica da filosófica. Basta lembrar que a obra magna do filósofo Hegel chamava-se precisamente *Ciência da Lógica (Wissenschaft der Logik)*.

tica” (2012, p. 46). Incorreta em sua essência, tal imagem serviria apenas para atender a interesses políticos bem definidos; ao invés dela, seria preciso reconhecer que o pensamento de Marx, “cuja obra em grande parte permanece fragmentária, e com isso poucas soluções pode oferecer” (p. 46).

Se por um lado é correto condenar aqueles que esperam um receituário político acabado a partir dos textos de Marx, por outro lado, perguntamos nós, o que fazer com textos como a *Crítica ao Programa de Gotha* (apenas para citar um dentre vários outros), onde em sua polêmica com os lassalistas Marx nos apresenta com firmeza algumas diretrizes, ainda que gerais, de seu próprio projeto político? Certamente não ao modo dos socialistas utópicos (que supunham ser possível antever um cenário preciso de uma sociedade socialista), mas ainda assim existe em Marx não só uma claríssima condenação das contradições da sociedade capitalista, como também algumas indicações programáticas de uma sociedade socialista. Aliás, por que secundarizar todas as enfáticas intervenções políticas marxianas, bem como a sua explícita condenação da propriedade privada dos meios de produção? Por que agrupar o autor com os idealistas alemães e os iluministas franceses, quando há manifestas diferenças de pensamento e de projeto político que o próprio Marx indica com clareza?

Pois o fato é que quando conseguimos reunir as diferentes facetas do filósofo que Hubmann progressivamente nos apresenta, delinea-se um perfil marxiano excessivamente genérico, que não apresenta marcas de singularização. Assim, a serem corretas as afirmações do Editor, emerge a fisionomia de um Marx inteiramente enraizado no idealismo alemão, que compartilha também as expectativas dos enciclopedistas do século XVIII, e que não sendo prioritariamente um “autor social-revolucionário”, “poucas soluções pode oferecer”. Contudo, *a pesquisa textual sobre escritos publicados e revisados em vida pelo próprio Marx contraria em alguns casos frontalmente a imagem que Hubmann nos apresenta (e não há “virada filológica” que consiga cancelar certas tomadas de posição, por exemplo, anti-idealistas, de Marx).*

Aqui, cabe também um breve registro acerca da aposta desmedida na perspectiva filológica como uma espécie de tábua de salvação na pesquisa sobre a obra de autores clássicos. Pois quando Hubmann se refere à “virada filológica” promovida pela *MEGA2* (2012, p. 33), ele faz uma tácita analogia com a famosa virada linguística (*linguistic turn*), assumida pelos filósofos da linguagem principalmente a partir do primeiro terço do século XX⁶. Conforme é sabido, estes últimos compreendiam a filosofia, em síntese, como atividade que privilegia sobretudo os aspectos referentes à linguagem e aos seus jogos —assumidos como constituintes da realidade—, mais do que à dimensão referente aos processos

⁶ (Cf. Rorty, 1992).

históricos reais ou a uma ontologia social. Deste ponto de vista, e para usarmos uma proposição bastante difundida na seara da filosofia analítica, “toda filosofia é crítica da linguagem”. Ocorre que a adequação desta perspectiva ao marxismo é altamente questionável: autores ligados ao realismo crítico⁷, por exemplo, levantaram objeções quanto à hipertrofia da importância da linguagem, que termina por ser vista como um fim em si mesma, secundarizando a análise acerca dos conteúdos econômicos, sociais, políticos etc. que sempre marcam a experiência humana. Contudo, Gerald Hubmann não vê problemas em tomar a *linguistic turn* como parâmetro implícito adotado pela *MEGA 2*; e isso em oposição excludente com uma análise de cunho político e ideológico (que avalia ser equivocada). Deste ponto de vista, poderíamos dizer que a virada filológica por ele propugnada, herdeira da *linguistic turn*, chegou com décadas de atraso ao projeto editorial aqui em foco. E fez isso num momento em que o mundo capitalista, agora em aguda crise, bate com força mesmo nas portas da universidade e da pesquisa filológica que se presume a mais isenta.

Notemos ainda que Hubmann opõe fortemente ciência à ideologia em seu artigo. Do lado da ideologia, ele insere a politização excessiva presente —de fato equivocada, insistimos— na primeira edição da *MEGA*; já a ciência seria aquela que, contando com o auxílio da pesquisa filológica e da crítica genética, consegue obter uma “neutralidade estrita quanto à visão de mundo implícita nos comentários” (2012, p. 42). Mas a nosso juízo, faltou considerar que mesmo a melhor atividade científica não é imune às marcas de uma ideologia, entendida aqui em seu sentido mais amplo de uma visão de mundo (recorde-se a referência do próprio Marx, em seu já citado Prefácio a *Para a crítica da economia política*, às “formas ideológicas em que os homens se tornam conscientes deste conflito e lutam contra ele”⁸). No nosso entendimento, supor que a pesquisa filológica sobre a obra de Marx e Engels forneceria, por si só, a garantia última de uma cientificidade é um procedimento ingênuo, que desconsidera que numa empreitada desta natureza torna-se necessária uma atividade interpretativa de âmbito mais geral. *Esta última vai reunir conhecimentos históricos, econômicos, políticos, filosóficos e filológicos para buscar o maior grau possível de aproximação à obra de Marx e Engels, mas sabendo de antemão que uma objetividade plena —principalmente nos comentários sobre tal obra— é meta impossível de ser alcançada.*

Neste sentido, concordamos com a distinção proposta por alguns filósofos entre *objetividade* e *objetivação*: a primeira, a busca por uma objetividade plena, beira o empirismo ao supor ser possível interditar a função incontornável de um sujeito do conhecimento e alcançar um espelhamento fotográfico de um certo

⁷ (Cf. Archer, Margaret; Collier, Andrew; Bhaskar, Roy *et alii*, 1998).

⁸ Marx (1980).

objeto sob análise. Já a segunda postura, a procura por uma *objetivação*, vale-se dos melhores recursos disponíveis num certo campo do conhecimento, mas sabendo que neles estarão inevitavelmente presentes as marcas de um momento histórico e, no caso em exame da *MEGA2*, também as características de uma dada equipe de pesquisadores. *E não vemos isso como um déficit de cientificidade, mas apenas como a assunção sóbria do caráter parcial (no sentido estrito do termo, não valorativo) de qualquer atividade científica.* A postura de Hubmann é problemática, pois ele, ao mesmo tempo que reivindica para si uma cientificidade integral —acusando de ideológicos todos aqueles que pensam de modo diferente— é facilmente flagrado a fazer afirmações *políticas* fortes, no sentido que seu próprio texto rechaça. Afirmações que no fundo correspondem a um desejo hoje difundido de adequar Marx a um certo cânone predominante no nosso século XXI, isto é, de torná-lo palatável.

* * *

Situação desconcertante. Gerald Hubmann, especialista de inegável seriedade, com inúmeros créditos de pesquisa a seu favor, erudito que percorreu um volume impressionante de textos de Marx e Engels, diretor de um projeto editorial que articula pesquisadores renomados internacionalmente, pode ser surpreendido a proferir enunciados sobre o pensamento marxiano extremamente duvidosos, para dizer o mínimo. Mas será esta a primeira vez na história do pensamento que um fenômeno semelhante ocorre? Será que a especialização intensiva e prolongada de um acadêmico num autor clássico garante necessariamente a melhor interpretação deste mesmo autor (interpretação que seria por suposto superior à dos demais profissionais de um certo campo do conhecimento)?

Tomemos aqui um curioso exemplo de contraste, situado na outra extremidade do espectro filosófico e político. Referimo-nos à edição das obras completas de Friedrich Nietzsche, ocorrida a partir da metade final do século XX. Ao longo das inúmeras querelas que envolveram este também portentoso projeto editorial, seus coordenadores —Giorgio Colli eazzino Montinari— vieram a público declarar que toda a tradição interpretativa nietzschiana anterior estava equivocada, e que a minuciosa pesquisa filológica seria o único antídoto para os erros até então cometidos (Nietzsche, 1967ff). Certo é que, também neste caso, tal pesquisa era particularmente necessária, tendo-se em vista a manipulação textual de fato operada por Elisabeth Forster-Nietzsche, irmã do filósofo. Sem nem de longe negar a relevância do trabalho da Edição Colli e Montinari, chama a atenção o fato de que a judiciosa imersão na vasta obra nietzschiana não foi suficiente para que seus editores atentassem para certos traços marcantes do pensamento do filósofo sobre o qual durante tantos anos se debruçaram. Foi preciso

que um marxista como Domenico Losurdo —tido como um *outsider* nos círculos nietzschianos— publicasse o seu volumoso *Nietzsche – o rebelde aristocrata* para tornar transparentes certas características do autor de *A genealogia da moral* que mesmo seus exegetas mais autorizados se recusavam a ver⁹. (Desnecessário dizer que iniciativas como esta foram violentamente desqualificadas pelos nietzschianos contemporâneos; basta consultar a reação raivosa de um Christian Niemeyer frente ao livro de Losurdo. Analisar esta querela, porém, nos distanciaria do tema aqui em foco).

Mas a presente analogia é apenas parcial: felizmente não há nada em Marx que faça lembrar as inacreditáveis formulações elitistas —reacionárias mesmo— presentes nos textos de Nietzsche (e que seus intérpretes oficiais insistiam em minimizar e desconsiderar). Mencionamos o episódio apenas para mostrar que mesmo a imersão prolongada e sistemática na obra de um pensador —como aquela realizada por Giorgio Colli e Mazzino Montinari— não foi garantia de uma isenção interpretativa. E também para alertar para o fato de que os pesquisadores das diferentes correntes hoje existentes no marxismo não devem se sentir condenados ao silêncio frente à vertente interpretativa que nos é apresentada por Gerald Hubmann (mesmo que ela tenha a seu favor o impressionante aparato crítico mobilizado pela equipe da atual edição *MEGA2*).

Entre a politização excessiva da primeira edição *MEGA*, de um lado, e a crença ingênua de que um procedimento filológico forneça o aval último de uma cientificidade, de outro, há de existir uma alternativa para os comentários à obra que saiba que estamos, desde sempre, mergulhados numa visão de mundo que nos acompanha mesmo em nossa atividade científica. Resta dizer que Hubmann registrou com muito acerto que as tentativas anteriores de edição da obra de Marx e Engels foram fortemente marcadas por um momento histórico determinado. Só faltou acrescentar que a própria edição que ele coordena é também marcada por uma certa configuração histórica que incentiva comentários interpretativos que, por tudo que foi exposto, cauterizam os aspectos mais incômodos e revolucionários do pensamento de Marx. Por fim, uma consideração talvez óbvia, mas ainda assim necessária: se levantamos aqui algumas objeções quanto àquelas extrapolações interpretativas que a rigor não encontram fundamento textual em Marx, isso em nada diminui nossa expectativa —que é certamente a de milhões de socialistas pelo mundo afora— de que o sucesso da *MEGA* seja o maior possível. Se o presente ano de 2013 marca os 130 anos do falecimento de

⁹ (Cf. Losurdo, 2009). Mas esta referência positiva a Losurdo não indica um endosso de nossa parte a todas as suas outras posições teóricas e políticas (principalmente no que diz respeito à avaliação de Losurdo – pouco crítica, a nosso ver – sobre o chamado socialismo real). Aqui, trata-se apenas do reconhecimento de que o mencionado livro sobre Nietzsche contém inúmeros acertos substantivos.

Marx, não resta dúvida que os volumes até agora publicados deste vasto projeto editorial constituem —para além de qualquer controvérsia interpretativa— um sólido resgate do próprio Marx e de seu projeto emancipatório.

Referências

- ARCHER, Margaret; COLLIER, Andrew; BHASKAR, Roy *et alii*. *Critical realism*. London: Routledge, 1998.
- HUBMANN, Gerald. Da política à filologia: a Marx-Engels Gesamtausgabe. In: *Crítica Marxista*, n. 34. Campinas, 2012.
- LOSURDO, Domenico. *Nietzsche – o rebelde aristocrata*. Rio de Janeiro: Revan, 2009.
- MARX, Karl. Zur Kritik der Politischen Ökonomie. In: *MEGA II/2*. Berlin, 1980.
- NIETZSCHE, F. *Kritische Gesamtausgabe: Werke*. Ed. Giorgio Colli und Mazzino Montinari, Berlin: Walter de Gruyter, 1967ff.
- RORTY, Richard. *The linguistic turn: essays in philosophical method*. Chicago: University Press, 1992.

Recebido em abril de 2013
Aprovado em maio de 2013